



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Processo: 202169000321

Dados do Processo:

Número Único 0000318-82.2021.8.25.0031	Classe Procedimento Comum Cível	Processo Origem --
Tipo Eletrônico	Competência Gararu	Segredo N (Não)
Distribuição 12/04/2021	Impedimento/Suspeição N (Não)	Valor da Causa --

Status do Processo:

Situação JULGADO	Data Julgamento 07/07/2022	Número da Caixa de Arquivamento --
Fase ARQUIVADO		

Assuntos do Processo:

DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita

Partes do Processo:

Tipo Requerente	Nome JOAO VIEIRA DE SALES	Representantes e Filiação Representante(s) da Parte: Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 889-A/SE
Requerido	SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.	Representante(s) da Parte: Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

Passe o cursor sobre os termos escritos dessa forma para visualizar o seu significado.

Movimentos do Processo:

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
30/08/2022 11:14:33	Arquivamento Definitivo	{Arquivamento >> Definitivo} ARQUIVADO Custas Judiciais Finais Não Exigíveis	Arquivo Eletrônico	Não
30/08/2022 11:08:47	Trânsito em Julgado	{Trânsito em julgado} CERTIFICO QUE A SENTENÇA DESTES AUTOS TRANSITOU EM JULGADO EM 04/08/2022, SEM OPOSIÇÃO DAS PARTES	Secretaria	Não

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
07/07/2022 14:03:05	Julgamento	<p>{Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Improcedência}</p> <p>In casu, resta claro pelo laudo pericial que o autor sofreu com uma fratura consolidada na mão direita, decorrente do acidente de trânsito declinado na inicial. Assim, a sequela deixada no braço direito da parte autora causa uma invalidez parcial incompleta de repercussão residual (10%). Deste modo, constatamos que a lesão do autor está enquadrada em situação expressa e pontual da TABELA LEGAL, A QUAL FIXA EM 50% (em razão da lesão) sobre o quantum máximo indenizatório, com redução de 10% ante a repercussão residual. E mais, sendo invalidez permanente parcial incompleta, como observado pelo réu, tem-se a seguinte equação legal: R\$ 13.500,00 X 50% X 10%. Isto é, o autor está inserido na situação do art. 3º, § 1º, inciso II da Lei 6.197/74. Logo, resta evidente que o valor pago na seara administrativa de R\$ 945,00 é quantia correta/legal, proporcional à sequela parcial de leve repercussão, observado o enquadramento do autor na TABELA DE LEI (50%) sobre o teto legal (R\$ 13.500,00), com redutor de intensidade de 10%. Observando o cálculo da equação legal R\$ 13.500,00 X 70% X 25%, o valor devido é de R\$ 945,00, restando luminoso que a parte autora recebeu na seara administrativa o valor a que fazia jus, portanto, não há que se falar em majoração do quantum arrecadado. Resta descabida qualquer complementação de valor, conforme prova pericial dos autos que nada há que para desconstituí-la. Pelo Exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito de pagamento complementar de DPVAT, formulado na exordial, com base no art. 487, I c/c art. 373 CPC e SÚMULA 474 STJ E LEI 6.194/74. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado no valor de R\$ 600,00, assegurando o benefício de suspensão do art. 98 § 3º CPC, eis que deferida gratuidade da justiça ao autor. Expeça-se o alvará em favor do perito com os acréscimos legais referentes aos honorários depositados judicialmente. Operando-se o trânsito em julgado, certifique-se e após, archive-se. Havendo a interposição de recurso, certifique-se a tempestividade e intime-se a parte recorrida para que, querendo, apresente contrarrazões no prazo legal. Fluindo-se o prazo, certifique-se e remetam-se os autos à E. Turma Recursal. Cumpra-se com as cautelas de praxe. P. R. Intimem-se. Nada mais havendo, com o trânsito, arquivem-se.</p> 	Secretaria	11/07/2022
06/07/2022 09:54:00	Conclusão	{Conclusão}	Juiz	Não
14/06/2022 12:44:25	Decurso de Prazo	{Decurso de Prazo} CERTIFICO que decorreu o prazo in albis, para parte requerida	Secretaria	Não
23/05/2022 14:07:45	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 889}	Secretaria	Não
05/05/2022 10:38:11	Ato Ordinatório	{Ato Ordinatório} Por ato ordinatório, em cumprimento ao art. 1º da Portaria nº 05/2018 – GJ desta Comarca, intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo pericial no prazo de lei	Secretaria	06/05/2022
18/04/2022 08:17:26	Juntada	{Juntada >> Documento} Junto aos autos laudo médico do Sr. João Vieira de Sales	Secretaria	Não
21/03/2022 09:38:54	Ato Ordinatório	{Ato Ordinatório} Por ato ordinatório, em cumprimento ao art. 1º da Portaria nº 05/2018 GJ desta Comarca, intimem-se as partes através de seus patronos constituídos que foi agendada a perícia médica para o dia 06/04/2022, das 07h às 10hs, por ordem de chegada. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE. O periciando deverá comparecer munidos de prontuários médicos, boletim de ocorrência, relatórios, laudos e exames médicos.	Secretaria	22/03/2022

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
24/11/2021 12:45:06	Certidão	Certifico que os autos está aguardando através da Coordenadoria de Perícias Judiciais do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) realizar, um mutirão judiciário para processos da Comarca de Gararu que envolvam o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), específicos da Seguradora Líder. O mutirão será realizado no Fórum Gumersindo Bessa	Secretaria	Não
17/11/2021 12:54:18	Certidão	CERTIFICO QUE OS AUTOS ESTÁ AGUARDANDO O SISTEMA DE SCP LIBERAR MARCAÇÃO DE PERÍCIAS- MUTIRÃO	Secretaria	Não
10/09/2021 09:08:18	Certidão	CERTIFICO QUE OS AUTOS ESTÁ AGUARDANDO O SISTEMA DE SCP LIBERAR MARCAÇÃO DE PERÍCIAS	Secretaria	Não
30/08/2021 11:53:29	Certidão	CERTIFICO que em 02/08/2021 foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (http://www.diario.tjse.jus.br) o(a) despacho proferida no presente feito, sendo considerada publicada no primeiro dia útil posterior, nos termos da Lei 11.280/2007 e da resolução nº007/2007, do TJ/SE.	Secretaria	Não
20/08/2021 16:45:45	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}	Secretaria	Não
18/08/2021 18:22:12	Juntada	Depósito Judicial nº 210809115653314 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 16/08/2021, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA. {Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}	Secretaria	Não
31/07/2021 17:29:32	Decisão	{Decisão >> Saneamento} Analisando os autos, verifico que a requerida se manifestou à p. 29/35, pugnando que o valor dos honorários periciais fosse arbitrado conforme estipulado no Convênio 21/2018, celebrado entre a Seguradora e o TJ/SE. De fato, foi firmado o referido Convênio, razão pela qual DEFIRO o requerimento de p. 29/35. Ademais, tendo em vista a necessidade da realização de perícia médica para o deslinde do feito, bem como observando, ainda, o Convênio 21/2018, onde houve um Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do seguro DPVAT, nomeio PAULO CANDIDO DE LIMA JUNIOR para elaborar parecer técnico, respondendo os quesitos formulados pelo órgão julgador e aos eventualmente indicados pelas partes. Para tanto, arbitro em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) os honorários periciais, conforme previsto no Convênio. Não havendo impugnação ao valor dos honorários, deve a requerida ser intimado, pela imprensa, para, no prazo de 05 (cinco) dias, depositar o valor dos honorários periciais, mediante guia de depósito, em conta a disposição deste Juízo, cuja abertura desde já autorizo, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. Depositados os honorários, deve a Secretaria encaminhar a solicitação da perícia diretamente ao perito nomeado, junto com os quesitos apresentados pelas partes e por este juízo, devendo o expert, no prazo de 10 (dez) dias, informar o dia, o horário e o local da prova pericial. Intimem-se as partes acerca do dia, do local e da hora do exame pericial. Fixo o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento desses, para a remessa do laudo a este Juízo. Com a juntada, intimem-se as partes, por seus advogados, para que se manifestem no prazo comum de 10 dias. Quesitos do juízo: 1- Descrever as sequelas identificadas, pontuando-as e a pertinência destas com acidente de trânsito noticiado; 2- Dizer se as sequelas porventura existentes são permanentes ou não, total ou parcial (completa e incompleta); 3- Enquadrar as sequelas porventura identificadas na TABELA LEGAL DO DPVAT; 4- Em caso de sequela permanente parcial incompleta dizer o grau da repercussão (intensa, média, leve), conforme art. 3º, § 1º, incisos I e II da lei 6.194/74; 5- Conclusões.	Secretaria	02/08/2021
26/07/2021 12:53:26	Conclusão	{Conclusão}	Juiz	Não



Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
12/07/2021 09:31:18	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 889}	Secretaria	Não
17/06/2021 13:07:32	Ato Ordinatório	{Ato Ordinatório} Por Ato Ordinatório intime-se a parte autora para replicar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.	Secretaria	18/06/2021
17/06/2021 13:04:51	Certidão	CERTIFICO a tempestividade da CONTESTAÇÃO apresentada em Processo encaminhado do Tribunal de Justiça ao Juízo de Origem.	Secretaria	Não
21/05/2021 08:33:31	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20210520183105294 às 18:31 em 20/05/2021.	Secretaria	Não
14/05/2021 15:42:56	Outras Informações	Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 14/05/2021, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 14/05/2021, às 12:05:24.	Secretaria	Não
14/05/2021 12:05:24	Citação Eletrônica	Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. Sendo assim, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC.	Secretaria	17/05/2021
09/05/2021 12:08:36	Despacho	{Despacho >> Mero Expediente} Sendo assim, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC.	Secretaria	10/05/2021
12/04/2021 17:42:28	Conclusão	{Conclusão} concluso {Via Movimentação em Lote nº 202100054}	Juiz	Não
12/04/2021 17:34:45	Distribuição	{Distribuição} Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202169000321, referente ao protocolo nº 20210331094700991, do dia 31/03/2021, às 09h47min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.	Secretaria	13/04/2021

Disque TJ/SE: **0800.079.0008**

Opção **(4) Consulta processual** – para acompanhar o andamento do seu processo;

Opção **(5) Ouvidoria** – para sugestões, elogios, reclamações e dúvidas relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

Explicações sobre a Consulta Processual